



<b>PROCESSO</b>	: 2023 45010 000001
<b>UNIDADE GESTORA</b>	: 450100 - Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ
<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO</b>	: 2022
<b>ASSUNTO</b>	: Prestação de Contas Anual
<b>TIPO DE AUDITORIA</b>	: Avaliação da Gestão

## RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 36/2023/PCA/CGE SGD Nº 2023 09049 000735

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ, nos termos do inciso XII, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

### 1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, da UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta, prevista no art. 10, da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 6 de fevereiro de 2023.

### 2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

#### 2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade da servidora **Marina Ribeiro de Farias da Costa e Silva** – Contadora.

A contadora que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 004798/O-4, conforme certidão, às fls. 26.





## 2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 47 a 91, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

### 2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2022, determinou como crédito inicial para o Fundo Recursos Sob a Supervisão da Sefaz o valor de R\$ 40.993.182,00 (quarenta milhões, novecentos e noventa e três mil, cento e oitenta e dois reais), sendo o valor autorizado de R\$ 132.323.873,22 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 53.

#### 2.2.1.1 Receita Realizada

Não houve realização da receita tendo em vista que o órgão não se trata de um agente arrecadador.

#### 2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual de 94,93%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	132.323.873,22	125.613.636,93	94,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>132.323.873,22</b>	<b>125.613.636,93</b>	<b>94,93</b>

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2





FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
500 – Recursos Não Vinculados de Impostos	131.490.625,22	124.780.453,93	94,90
718 – Auxílio Fin. Outorga Credito Tributário	53.248,00	53.247,85	99,99
749 – Outras Vinculações de Transferências	780.000,00	779.935,15	99,99
<b>TOTAL</b>	<b>132.323.873,22</b>	<b>125.613.636,93</b>	<b>94,93</b>

FONTE: Siafe-TO - Anexo 11 por Fonte

### 2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Como se vê no comparativo das despesas, orçada, autorizada e realizada, Anexo 2, às fls. 49, não houve execução de Despesas de Exercícios Anteriores.

### 2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial do Recursos Sob a Supervisão foi de R\$ 40.993.182,00 (quarenta milhões, novecentos e noventa e três mil, cento e oitenta e dois reais), sendo suplementado o valor de R\$ 99.430.691,22 (noventa e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos), e reduzido o valor de R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 132.323.873,22 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos) conforme Anexo 2 às fls. e Demonstrativo dos Créditos Adicionais Abertos – Anexo – 11A, às fls. 54.

A abertura de créditos suplementares e especiais ao Orçamento do Estado, estão dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual para 2022, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, conforme relatório de controle realizado pela Seplan, encaminhado por meio do Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

### 2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 56, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 125.613.636,93 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas), as Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, às fls. 60, e o Duodécimo e Cota Financeira a Receber, o resultado gerou um Superavit efetivo de R\$ 7.858.638,66 (sete





milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), tendo sido informado em nota explicativa, às fls. 93, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizada	0,00
Despesas Executadas	125.613.636,93
Déficit	125.613.636,93
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	161.643.477,28
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	35.150.000,00
Duodécimo e Cota Financeira a Receber	6.978.798,31
Saldo das Transferências	133.472.275,59
Déficit	125.613.636,93
Superávit Efetivo	7.858.638,66

## 2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

### 2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

Às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 161.643.477,28 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 16.023.107,23 (dezesesseis milhões, vinte e três mil, cento e sete reais e vinte e três centavos), ao duodécimo no valor de R\$ 6.978.798,31 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 125.613.636,93 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 35.150.000,00, os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 16.303.711,71, restando saldo de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 60 a 65.





### 2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 67, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, de curto e longo prazo, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em 12,68 %, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 33.332,15 (trinta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quinze centavos), composto pelos Investimentos, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um déficit financeiro de R\$ 6.978.798,31 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 599.235,87, com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 7.578.034,18 (sete milhões, quinhentos e setenta e oito mil, trinta e quatro reais e dezoito centavos), conforme fls. 69, no entanto o órgão apresenta um valor de R\$ 6.978.798,31 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos) de Duodécimo e Cota Financeira a Receber, no Balancete, às fls. 85, que conforme item 8.6 do ACÓRDÃO TCE/TO Nº 1040/2016 – 1ª Câmara, por não ser a referida Unidade Orçamentária ente arrecadador, tal valor serviria para apurar de forma real os resultados das entidades, entre eles os deficits/superavits orçamentário, financeiro e patrimonial, passando assim o órgão a ter resultado real nulo ou zero.

IV) Não se registrou saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que a Unidade Gestora em análise, utiliza a estrutura física Secretaria da Fazenda, conforme declarado, às fls. 100.

V) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, às fls. 67 e 68, uma vez que a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais da Secretaria da Fazenda, conforme justificado, às fls. 101;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 67, registra saldo no valor total de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), que confere com o Balanço Financeiro e com o Balancete.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG,





compreendendo a soma dos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete, às fls. 85, e com a conciliação bancária, às fls. 102, conforme discriminação abaixo:

- R\$ R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 67, totalizam um saldo de R\$ 7.015.991,61 (sete milhões, quinze mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 68.

### 2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora não apresenta saldo no Passivo Permanente, do exercício atual, no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes do Balanço Patrimonial, às fls. 69.

### 2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 168.630.315,66 (cento e sessenta e oito milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 168.812.378,39 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 182.062,73 (negativos cento e oitenta e dois mil, sessenta e dois reais e setenta e três centavos), conforme demonstrado, às fls. 74.

### 2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), às fls. 79.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), não registrando saldo das atividades de





investimentos e atividades de financiamento, que resultou em um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 599.235,87 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), conforme demonstrado, às fls. 79 e 80.

### 2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, no valor de R\$ 7.557.586,60 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), deste montante, R\$ 6.995.544,03 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e três centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 562.042,57 (quinhentos e sessenta e dois mil, quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 61, não havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las, tendo sido emitido justificativa na Nota Explicativa, às fls. 94.

b) Registra-se um montante no valor de R\$ 686.914,78 (seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e quatorze reais e setenta e oito centavos) inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 58, do qual foi liquidado e pago R\$ 501.476,16 (quinhentos e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos) e cancelado R\$ 185.438,62 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos), não restando saldo, informado em Nota Explicativa, às fls. 94.

c) Do montante de R\$ 7.362.482,88 (sete milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos) inscritos em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 59, foi pago R\$ 7.336.714,92 (sete milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e quatorze reais e noventa e dois centavos) e cancelado R\$ 5.320,38 (cinco mil, trezentos e vinte reais e trinta e oito centavos), restando um saldo de R\$ 20.447,58 (vinte mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), informado em Nota Explicativa, às fls. 94.

### 3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 27 a 42, consoante disposições do art. 9<sup>a</sup>, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições dos **Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ**, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das ações do Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo, estabelecidos na Lei





Estadual nº 3.842/2021, que instituiu o plano Plurianual, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843/2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme demonstrados a seguir:

### 3.1 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, teve um total de 04 (quatro) ações orçamentárias, sendo 02 (duas) de gestão física e 02 (duas) de gestão financeira, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 132.323.873,22 (cento e trinta e dois milhões e trezentos e vinte e três mil e oitocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 94,93%, em relação ao valor empenhado, conforme demonstrativos a seguir, observadas às fls. 33 a 36.

#### Ações de Gestão Física por Programa

Ação	Meta Financeira							Meta Física			
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhad	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Descrição da Meta	Previsão	Realizada	Execução %
<b>Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>											
6004	5.100.000,00	600.000,00	5.700.000,00	5.524.980,06	4.963.709,42	96,92	87,08	Serviços bancários	9	11	122,22
6007	2.000.000,00	-2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Serviços de consultoria	2	0	0,00
<b>Total</b>	<b>7.100.000,00</b>	<b>-1.400.000,00</b>	<b>5.700.000,00</b>	<b>5.524.980,06</b>	<b>4.963.709,42</b>	<b>96,92</b>	<b>87,08</b>				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Em relação à ação 6004, houve uma boa execução orçamentária e financeira de 96,92%, com execução da meta física de 122,22% ultrapassando o planejado, conforme demonstrativo, às fls. 33.

c) A ação 6007 não apresentou desempenho da execução física e financeira, tendo sido emitido justificativa, às fls. 34.

#### Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A%	L/A%
<b>Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>								
6020	Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP	33.693.182,00	92.730.691,22	126.423.873,22	119.961.717,59	119.961.717,59	94,88	94,88
6027	Ressarcimento de créditos indevidos	200.000,00	0,00	200.000,00	126.939,28	126.167,35	63,46	63,08
<b>Total Ações Gestão Financeira</b>		<b>33.893.182,00</b>	<b>92.730.691,22</b>	<b>126.623.873,22</b>	<b>120.088.656,87</b>	<b>120.087.884,94</b>	<b>94,83</b>	<b>94,83</b>
<b>Total Geral Ações Gestão Física e Financeira</b>		<b>40.993.182,00</b>	<b>91.330.691,22</b>	<b>132.323.873,22</b>	<b>125.613.636,93</b>	<b>125.051.594,36</b>	<b>94,93</b>	<b>94,50</b>

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





d) As ações de gestão financeira 6020 e 6027, apresentaram boa execução financeira de 94,88% e 63,43%, respectivamente, conforme demonstrativos, às fls. 35 a 36.

#### **4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERES**

No que concerne aos Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ, não houve recebimento de recursos de convênios da União no exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 51, assim como não houve recursos concedidos a municípios e a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra anexo 2, às fls. 49.

#### **5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.**

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, não houve análise desses processos, porém, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais, telefônicos e via ofício para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

#### **6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA**

Ressalte-se, por oportuno, que não houve fiscalização pelos órgãos de controle externo na UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ no exercício em análise, conforme declarado, às fls. 129.

#### **7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

A UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ, não possui quadro de servidores lotados em sua unidade orçamentária, utilizando servidores da Secretaria da Fazenda, conforme demonstrado, às fls. 106 a 111.





Infere-se ainda, que os servidores responsáveis pela UG Recursos Sob à Supervisão da SEFAZ estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pela Gerente de Gestão de Pessoas, às fls. 128.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Júlio Edstron Secundino, Donizeth Aparecido Silva e outros** relacionados neste processo, às fls. 05 e 06, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.6 alíneas "a", "b" e "c"** e **3.1 alínea "c"** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente  
**Sandra Maria Branco de Souza**  
Analista/PPA

Assinado eletronicamente  
**Anne Carlos da Silva**  
Analista/Contador

Assinado eletronicamente  
**Douglas Gomes Carvalho**  
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente  
**Monnike da Costa Rebouças**  
Gerente de Auditoria em Governança e  
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente  
**Eva Moreira Martins Santos**  
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente  
**Kilvania Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão  
Governamental e Prevenção a Corrupção

I – De acordo;  
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.  
Em 21/02/2023.

Assinado eletronicamente  
**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente

